

**CRISTIANO CHAVES DE FARIAS
NELSON ROSENVALD**

**CURSO DE
DIREITO CIVIL
SUCESSÕES**

VOLUME 7

**SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. - 2015**

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Imagem da capa: *A árvore da vida*, de Gustav Klimt
Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Farias, Cristiano Chaves de
Sucessões / Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald. – São Paulo:
Atlas, 2015. (Coleção curso de direito civil; v. 7)

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-9853-6

ISBN 978-85-224-9854-3 (PDF)

1. Direito civil – Brasil 2. Direito das sucessões 3. Direito das sucessões – Brasil I. Rosenvald, Nelson. II. Título. III. Série

15-01150

CDU-347.65(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito das sucessões : Direito civil 347.65(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Palavras Prévias (Uma obra em permanente construção: como a repetição esconde a razão), xxiii

Apresentação, xxix

Prefácio, xxxiii

I Introdução ao Direito das Sucessões, 1

- 1 A sucessão enquanto fenômeno jurídico, 3
- 2 Objeto da sucessão hereditária (*causa mortis*): a transmissão patrimonial, 5
 - 2.1 A transmissão das relações jurídicas patrimoniais em razão da morte do titular e a não transmissão das relações personalíssimas, 5
 - 2.2 Exceções à regra geral da transmissibilidade das relações patrimoniais, 7
 - 2.3 A questão da (in)transmissibilidade dos alimentos no campo sucessório, 10
 - 2.4 A situação especial das obrigações *propter rem*, 13
- 3 O direito das sucessões, 14
 - 3.1 O Direito Civil entrecortado pela norma constitucional: a dignidade humana como motor de impulsão da ordem jurídica, 14
 - 3.2 A sucessão na perspectiva constitucional, 15
 - 3.3 Noções conceituais sobre o Direito das Sucessões a partir da propalada bipartição das normas jurídicas (normas-regras e normas-princípios), 17
 - 3.4 A função social da sucessão, 19
 - 3.5 Fundamentos justificadores do Direito das Sucessões, 20
 - 3.6 Conteúdo do Direito das Sucessões, 23
- 4 Terminologias essenciais, 24
 - 4.1 Autor da herança ou *de cuius*, 24
 - 4.2 Sucessor: herdeiro ou legatário, 24
 - 4.3 Herdeiro legítimo (necessário ou facultativo) e herdeiro testamentário, 25
 - 4.4 A legítima (garantia mínima reservada aos herdeiros necessários) e uma necessária visão crítica do instituto, 28
 - 4.5 Herdeiro universal, 31
 - 4.6 Herança e espólio, 31
 - 4.7 Herança e meação, 34
 - 4.8 Herança e a aceitação com benefício de inventário, 35
 - 4.9 Inventário e partilha, 36
- 5 O planejamento sucessório, 37

II Elementos genéricos do Direito das Sucessões (a sucessão em geral), 43

- 1 Linhas gerais sobre a morte, 45
 - 1.1 Prolegômenos sobre os efeitos jurídicos decorrentes da morte, 45
 - 1.2 A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro, 46
 - 1.3 A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência), 47
 - 1.4 O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou *living will*), 49
 - 1.5 A comoriência, 54
 - 1.6 A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial, 57
- 2 A transmissão automática da herança (abertura da sucessão), 63
 - 2.1 A abertura da sucessão, 63
 - 2.2 Outros efeitos decorrentes da transmissão automática (*saisine*), 68

- 2.2.1 Generalidades, 68
- 2.2.2 Fixação da norma material sucessória, 68
- 2.2.3 Verificação da legitimação sucessória, 70
- 2.2.4 Cálculo da legítima, 70
- 2.3 O lugar da sucessão e as regras de competência para processar e julgar o inventário, 72
- 3 A ordem de vocação hereditária e a legitimação para suceder, 76
 - 3.1 Prolegômenos sobre a legitimação sucessória, 76
 - 3.2 Momento para a aferição da legitimação sucessória, 78
 - 3.3 A legitimação para suceder no Código Civil e a tutela sucessória do nascituro e do embrião laboratorial, 79
 - 3.4 Legitimação para suceder por testamento, 85
 - 3.5 A falta de legitimação para a sucessão testamentária, 89
- 4 A indignidade e a deserdação, 96
 - 4.1 Noções gerais e lineamento histórico sobre a indignidade e a deserdação, 96
 - 4.2 Natureza jurídica da indignidade e da deserdação, 98
 - 4.3 Necessidade de reconhecimento judicial, 99
 - 4.4 Efeitos jurídicos decorrentes do reconhecimento da indignidade e da deserdação, 102
 - 4.5 O indigno ou deserddado como um herdeiro aparente e a proteção de terceiros de boa-fé, 105
 - 4.6 A indignidade, 106
 - 4.6.1 Generalidades, 106
 - 4.6.2 Pontos de afinidade entre a indignidade e a deserdação, 108
 - 4.6.3 Distinção comparativa entre indignidade e deserdação, 108
 - 4.6.4 A (não) taxatividade das hipóteses de indignidade previstas em lei (CC, art. 1.814): a questão da interpretação restritiva das hipóteses de indignidade e a tese da tipicidade finalística, 110
 - 4.6.5 Hipóteses de cabimento, 113
 - 4.6.6 A ação de indignidade (aspectos processuais da indignidade), 120
 - 4.6.7 Reabilitação do indigno, 125
 - 4.7 A deserdação, 128
 - 4.7.1 Noções gerais, 128
 - 4.7.2 Alcance subjetivo da deserdação: os herdeiros necessários, 130
 - 4.7.3 Pressupostos da deserdação, 134
 - 4.7.4 Causas deserdativas dos herdeiros necessários, 138
 - 4.7.5 A deserdação *bona mente* (*pro bono*), 145
 - 4.7.6 O perdão do ofendido (reabilitação do deserddado), 146
- 5 A cessão de direitos hereditários (cessão de herança), 146
 - 5.1 Noções conceituais sobre a cessão de direitos hereditários, 146
 - 5.2 Direito de preferência ou prelação, 148
 - 5.3 Requisitos para a cessão de direitos hereditários, 151
 - 5.4 Extensão das responsabilidades do cedente e do cessionário, 154
 - 5.5 Efeitos da cessão de direitos hereditários, 156
- 6 A aceitação da herança, 157
 - 6.1 Breve esboço histórico, 157
 - 6.2 Noções conceituais, 158

- 6.3 Aceitação da herança com benefício de inventário, 159
- 6.4 Natureza jurídica da aceitação e as suas características (irrevogabilidade e irretroatividade), 161
- 6.5 Integralidade da aceitação, 163
- 6.6 Formas de aceitação da herança, 164
- 6.7 Direito de deliberar sobre a aceitação da herança, 167
- 7 A renúncia da herança, 169
 - 7.1 Generalidades e noções conceituais, 169
 - 7.2 Requisitos da renúncia da herança, 171
 - 7.3 Efeitos da renúncia da herança, 174
 - 7.4 Natureza jurídica e características (a irrevogabilidade e anulabilidade da renúncia), 176
 - 7.5 Impossibilidade de prejuízo aos credores do renunciante (limitações à liberdade de renunciar), 177
 - 7.6 Descaracterização da renúncia (inadmissibilidade de renúncia translativa), 181
- 8 A petição de herança, 182
 - 8.1 Noções gerais sobre a petição de herança, 182
 - 8.2 Natureza jurídica da ação de petição de herança, 185
 - 8.3 Legitimados para a ação de petição de herança, 187
 - 8.4 O objeto da petição de herança, 189
 - 8.5 A prescritebilidade da pretensão de petição de herança, 190
 - 8.6 Efeitos da petição de herança, 193
 - 8.7 A petição de herança e o herdeiro aparente, 195
- III A sucessão legítima (a sucessão operada por força de lei), 199**
 - 1 Noções gerais e históricas sobre a sucessão legítima, 201
 - 2 A ordem de vocação hereditária como referência da sucessão legítima, 204
 - 3 A herança jacente e a herança vacante, 213
 - 3.1 Generalidades: a sucessão sem herdeiro legítimo ou instituído, 213
 - 3.2 A herança jacente, 214
 - 3.3 A herança vacante, 215
 - 3.4 Abertura simplificada da vacância, 217
 - 3.5 Direito de cobrança de créditos, 218
 - 4 A sucessão por direito próprio (por cabeça) e a sucessão por representação (por estirpe), 218
 - 4.1 Noções gerais sobre a sucessão por direito próprio e a sucessão por representação, 218
 - 4.2 Fundamentos da sucessão por representação, 220
 - 4.3 Campo de aplicação, 220
 - 4.4 Linhas de incidência da sucessão por representação, 222
 - 4.5 Pressupostos para a sucessão por representação, 224
 - 4.6 Efeitos da sucessão por representação, 225
 - 5 A sucessão dos descendentes, 226
 - 5.1 Generalidades sobre a sucessão dos descendentes, 226
 - 5.2 Regras fundamentais norteadoras da sucessão dos descendentes, 227
 - 5.3 A sucessão dos descendentes e a tese da pluripaternidade, 231
 - 6 A sucessão dos ascendentes, 234

- 7 A sucessão do cônjuge, 236
 - 7.1 Generalidades sobre a sucessão do cônjuge, 236
 - 7.2 A sucessão do cônjuge na sistemática do Código Civil, 240
 - 7.3 A exclusão sucessória do cônjuge na hipótese de separação de fato, 243
 - 7.4 A suposta (e inexistente) concorrência sucessória do cônjuge sobrevivente com o companheiro, 246
 - 7.5 A concorrência do cônjuge com os descendentes do autor da herança, 247
 - 7.5.1 Fundamentos da concorrência entre o cônjuge e os descendentes, 247
 - 7.5.2 A correlação entre a concorrência sucessória do cônjuge e dos descendentes e o regime de bens do casamento do falecido (hipóteses de exclusão do direito à herança), 247
 - 7.5.3 A ilógica concorrência do cônjuge casado no regime de separação absoluta de bens com os descendentes do falecido, 252
 - 7.5.4 Base de cálculo do direito hereditário do cônjuge na concorrência com descendentes, 260
 - 7.5.5 Percentual sucessório cabível ao cônjuge na concorrência com os descendentes, 263
 - 7.6 A concorrência do cônjuge com os ascendentes do autor da herança, 265
 - 7.7 O cônjuge como herdeiro universal (sucessão do cônjuge sem concorrência), 267
 - 7.8 O direito real de habitação do cônjuge, 269
 - 8 A sucessão do companheiro, 275
 - 8.1 Breve esboço evolutivo da união estável: vencendo um histórico de desigualdades, 275
 - 8.2 A necessidade de compreensão da norma sucessória da união estável em conformidade com a arquitetura constitucional da matéria, 278
 - 8.3 O sistema sucessório da união estável no Código Civil, 282
 - 8.4 O pressuposto da sucessão do companheiro (base de cálculo e de incidência do direito à herança na união estável), 284
 - 8.5 Necessidade de prova da qualidade de companheiro para a reclamação de direitos sucessórios, 286
 - 8.6 A concorrência sucessória entre o companheiro e os descendentes do falecido, 287
 - 8.7 A concorrência sucessória entre o companheiro e os demais parentes deixados pelo falecido, 289
 - 8.8 A inexistência de parentes sucessíveis e a discussão sobre a concorrência com a Fazenda Pública, 291
 - 8.9 O direito real de habitação do companheiro sobrevivente, 292
 - 8.10 Distinção em relação ao sistema sucessório do casamento, 296
 - 8.11 A (in)constitucionalidade do sistema sucessório do companheiro, 298
 - 8.12 O concubinato, a união estável putativa e a (in)existência de direito sucessório, 300
 - 9 A sucessão dos colaterais, 304
- IV A sucessão testamentária (a sucessão de acordo com a vontade do titular do patrimônio), 309**
- 1 Lineamentos sobre o testamento, 311
 - 1.1 Breve esboço evolutivo, 311

- 1.2 A pouca utilização prática da sucessão testamentária, 313
- 1.3 A liberdade de dispor sob a perspectiva civil-constitucional, 315
- 2 Noções conceituais, objeto e características do testamento, 317
 - 2.1 Noções conceituais sobre o testamento, 317
 - 2.2 O objeto do testamento e as possibilidades de outras disposições de vontade, 319
 - 2.3 A função promocional do testamento (possibilidade de disposições existenciais em testamento): atos de disposição do próprio corpo, disposições de carga genética e manifestações literárias biográficas *post mortem*, 320
 - 2.4 A natureza não testamentária do testamento vital (*living will* ou diretivas antecipadas), 322
 - 2.5 Características fundamentais do testamento, 325
 - 2.6 A proibição do pacto sucessório, 330
- 3 Capacidade testamentária, 332
 - 3.1 Lineamentos gerais, 332
 - 3.2 A capacidade testamentária ativa (legitimação para testar), 333
 - 3.3 Momento de verificação da capacidade testamentária ativa, 336
 - 3.4 A capacidade testamentária passiva (a legitimação para suceder), 337
 - 3.5 Prazo para a impugnação do testamento, 338
- 4 As diferentes formas testamentárias, 339
 - 4.1 Referências gerais, 339
 - 4.2 As testemunhas testamentárias, 342
 - 4.3 Testamento público, 345
 - 4.4 Testamento cerrado, secreto ou místico, 350
 - 4.5 Testamento particular ou holografo (inteiramente escrito pelo testador), 353
 - 4.6 Testamentos especiais: marítimo/aeronáutico, 356
 - 4.7 Testamentos especiais: militar, 358
- 5 O codicilo, 360
 - 5.1 Prolegômenos, 360
 - 5.2 Noções conceituais, 361
 - 5.3 Objeto do codicilo, 363
 - 5.4 Revogação do codicilo, 365
- 6 As cláusulas testamentárias, 366
 - 6.1 Introdução: as disposições testamentárias, 366
 - 6.2 A nulidade das cláusulas derogatórias, 367
 - 6.3 Cláusulas testamentárias submetidas aos elementos acidentais (condição, termo e encargo), 368
 - 6.4 Interpretação das disposições testamentárias, 373
 - 6.5 Invalidez das disposições testamentárias, 375
 - 6.6 Nomeação por certo motivo, 382
 - 6.7 Cláusulas testamentárias restritivas, 382
 - 6.7.1 Generalidades, 382
 - 6.7.2 Extensão do poder de clausular do testador: a parte disponível e a legítima, 385
 - 6.7.3 Mitigação das cláusulas restritivas, 390
 - 6.7.4 Extensão temporal da cláusula restritiva, 392

- 7 A redução das cláusulas testamentárias, 393
- 8 O direito de acrescer, 397
 - 8.1 Lineamento da matéria, 397
 - 8.2 O direito de acrescer no campo sucessório, 398
 - 8.3 Condições exigidas para o direito de acrescer entre coerdeiros, 401
 - 8.4 Condições exigidas para o direito de acrescer entre colegatários, 403
 - 8.5 Direito de acrescer no legado de usufruto, 404
- 9 O testamenteiro, 404
 - 9.1 Noções gerais, 404
 - 9.2 Funções do testamenteiro, 407
 - 9.3 Aceitação do encargo pelo testamenteiro, 409
 - 9.4 Remuneração do testamenteiro, 410
- 10 A substituição testamentária, 411
 - 10.1 Prolegômenos sobre a possibilidade de substituição testamentária, 411
 - 10.2 Espécies de substituição testamentária previstas no direito brasileiro, 412
 - 10.3 A substituição vulgar ou ordinária, 413
 - 10.4 A substituição recíproca, 414
 - 10.5 A substituição fideicomissária, 415
- 11 Invalidade, caducidade, revogação e rompimento do testamento, 420
 - 11.1 Noções gerais sobre a extinção do testamento, 420
 - 11.2 Extinção do testamento por invalidade, 421
 - 11.3 Caducidade do testamento, 425
 - 11.4 Revogação do testamento, 426
 - 11.5 Rompimento do testamento, 429

V Inventários e partilhas, 433

- 1 Noções gerais sobre o inventário, 435
- 2 O procedimento de inventário, 437
 - 2.1 O procedimento contencioso de inventário, 437
 - 2.2 O inventário negativo, 438
 - 2.3 Os diferentes procedimentos de inventário, 441
 - 2.4 O procedimento tradicional de inventário, 442
 - 2.5 O arrolamento sumário, 442
 - 2.6 O arrolamento comum, 444
 - 2.7 O inventário extrajudicial, 445
 - 2.8 O alvará judicial, 449
 - 2.9 A partilha por ato entre vivos, 452
- 3 Competência, 453
- 4 Prazo de abertura, 457
- 5 Legitimidade para a abertura do inventário, 458
- 6 Valor da causa e custas processuais, 462
- 7 Questões de alta indagação, 464
- 8 O inventariante, 466
 - 8.1 Noções gerais, 466
 - 8.2 A nomeação do inventariante, 468
 - 8.3 A inventariança e a representação do espólio, 471
 - 8.4 As atribuições, 472
 - 8.5 A remoção e a destituição do inventariante 475

- 9 O procedimento (comum) de inventário, 478
 - 9.1 Generalidades, 478
 - 9.2 Petição inicial, 478
 - 9.3 As primeiras declarações e as cientificações (citações e intimações), 479
 - 9.4 Intervenção do Ministério Público, 481
 - 9.5 Impugnações, 483
 - 9.6 Avaliações, 484
 - 9.7 As últimas declarações e o recolhimento tributário, 486
 - 9.8 Pagamento das dívidas do falecido, 489
 - 9.9 Sonogados, 493
 - 9.10 Colação e redução das doações inoficiosas, 497
 - 9.10.1 Generalidades, 497
 - 9.10.2 Alcance subjetivo da colação, 498
 - 9.10.3 Cálculo do bem a ser colacionado, 500
 - 9.10.4 Dispensa da colação, 501
 - 9.11 A partilha, 503
 - 9.11.1 Noções conceituais, 503
 - 9.11.2 Espécies de partilha, 505
 - 9.11.3 A anulação e a rescisão da decisão de partilha, 507
 - 9.11.4 A emenda da partilha e a sobrepartilha, 512

Referências, 517